



# DO ULTIMATO AOS NOSSOS DIAS: A LITERATURA E A CULTURA PORTUGUESAS EM REVISTA!

Temas, autores e textos que favorecem uma visão diferente, diversificada e convivial da nossa identidade e das suas crises. Um intenso debate, travado por 27 autores, que atravessa todas as aces da nossa vida colectiva: da política às artes, da literatura à ciência, das personalidades aos factos, das instituições ao enquadramento, do nacional ao internacional, muito embora com especial enfoque na literatura e na cultura.



**CLEPUL** Centro de Literaturas  
e Culturas Lusófonas  
e Europeias  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

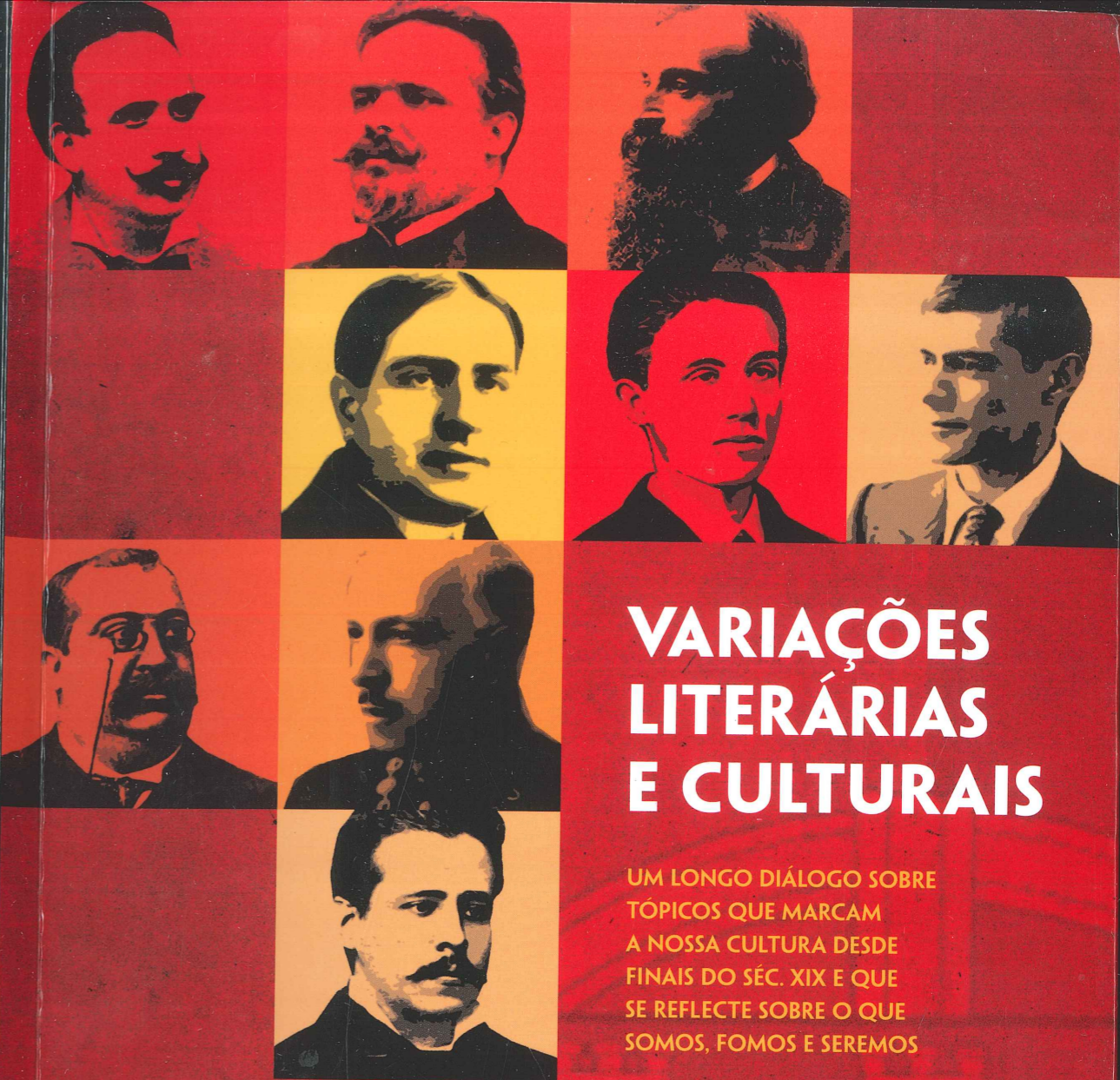
**LETRAS**  
comvida



**AbERTA**  
www.univ-ab.pt

**DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S)**  
VARIACÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS

COORDENADORES  
ANNABELA RITA · DIONÍSIO VILA MAIOR



## VARIAÇÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS

UM LONGO DIÁLOGO SOBRE  
TÓPICOS QUE MARCAM  
A NOSSA CULTURA DESDE  
FINAIS DO SÉC. XIX E QUE  
SE REFLECTE SOBRE O QUE  
SOMOS, FOMOS E SEREMOS

# DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S)

COORDENADORES  
**ANNABELA RITA**  
**DIONÍSIO VILA MAIOR**



ISBN 978-989-680-048-2



9 789896 800482

## ELA RITA

da e com Agregação em Literatura.  
na Faculdade de Letras da Universidade  
a. Presidente das Direcções do CLEPUL  
de Literaturas e Culturas Lusófonas e  
s da Faculdade de Letras da Universidade  
a) e da APT (Associação Portuguesa  
tores). Além da direcção de várias  
s, da edição prefaciada de autores  
s consagrados, de vasta colaboração  
em Portugal e no estrangeiro, com  
participação em júris de prémios  
nacionais e internacionais, é autora  
as obras ensaísticas, nomeadamente:  
*As Literárias*, 2010; *Itinerário*, 2009;  
*O dos Espelhos* (2 vols.), 2003-07;  
*As Estéticas*, 2006; *Breves & Longas no*  
*Maravilhas*, 2004; *Labirinto Sensível*,  
*a de Queirós Cronista. Do "Distrito de*  
*867) às "Farpas" (1871-72)*, 1998.

## OS VILA MAIOR

o em Literatura Portuguesa. Professor  
sidade Aberta. Investigador do CLEPUL.  
investigador do Séminaire d'Études  
es (Univ. de Paris IV - Sorbonne).  
convidado na Universidade Marie Curie  
Maestro do Coro Mozart. Publicou,  
as, as seguintes obras: *A Revivência*  
*los – Estudos de Literatura Portuguesa,*  
*dos Pessoaanos*, 2004; *O Sujeito*  
*a: Fernando Pessoa, Mário de Sá-*  
*Almada Negreiros e António Ferro:*  
*eração do sujeito*, 2003; *Literatura*  
*éculo*, 2002; *A Geração de 70 e a*  
*de Orpheu: Portugal em Questão* (em  
001; *Pessoa, Sá-Carneiro e Almada:*  
*ração Estético-Ideológica*, 2000;  
*o do Modernismo*, 1996; *Fernando*  
*eteronímia e Dialogismo*, 1994.

# **DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S)**

**VARIAÇÕES LITERÁRIAS  
E CULTURAIS**



**Título**  
Do Ultimato à(s) República(s)  
Variações literárias e culturais

**Coordenadores**  
Annabela Rita e Dionísio Vila Maior

**Autores**  
Amadeu Carvalho Homem, Alexina Vila Maior  
Amadeu Prado de Lacerda, Annabela Rita  
António de Macedo, António Moniz  
Augusto Moutinho Borges, Carlos Leone  
Dionísio Vila Maior, Ernesto Castro Leal  
Ernesto Rodrigues, Fernando Cristóvão  
Glória Bastos e Ana Isabel Vasconcelos  
João Caetano, João Maurício Barreiro Bráz  
Joaquim Miguel Patrício, José Eduardo Franco  
Luís Machado de Abreu, Maria de Jesus Reis Cabral  
Maria Isabel Morán Cabanas, Maria José Craveiro  
Paulo Alexandre Loução, Rosa Maria Sequeira  
Rui Sousa, Simion Doru Cristea, Teresa Nunes

**Direitos Reservados**  
© Esfera do Caos Editores e Autores

**Design da capa**  
DesignGlow

**Impressão e Acabamento**  
Papelmunde SMG Lda

**Depósito Legal**  
336451/11

**ISBN**  
978-989-680-048-2

**1ª Edição**  
Novembro de 2011

ESFERA DO CAOS EDITORES  
Campo Grande  
Apartado 52199  
1721-501 Lisboa  
esfera.do.caos@netvisao.pt  
www.esferadocaos.pt

# DO ULTIMATO À(S) REPÚBLICA(S)

VARIAÇÕES LITERÁRIAS  
E CULTURAIS

COORDENADORES  
ANNABELA RITA  
DIONÍSIO VILA MAIOR

  
ESFERA DO CAOS  
EDITORES

## Índice

Da <i>Tertúlia</i> ao <i>Livro</i> : Itinerário e Variações Annabela Rita e Dionísio Vila Maior	9
Linhas de Clivagem do Ultimato Inglês Amadeu Carvalho Homem	11
História e o seu ensino nos liceus, desde 1868 aos primeiros anos da República Alexina Vila Maior	19
António José de Almeida, o Médico Presidente ou o Tempo e o Modo Amadeu Prado de Lacerda	47
Retrato nacional da Monarquia à República Annabela Rita	57
Indícios de Sá-Carneiro: Uma época entre o fogo e o ouro António de Macedo	69
A República Portuguesa: os sonhos e as lutas, as propostas e as desilusões António Moniz	79
Médicos e a República: Os Médicos e suas ca(u)sas Augusto Moutinho Borges	91
A República: deslocação criativa em curso Carlos Leone	103
Do Ultimato ao Ultimatum: a vitalidade nacional Dionísio Vila Maior	113
Sampaio (Bruno) e a República do 31 de Janeiro de 1891 Ernesto Castro Leal	137
A literatura e o jornalismo na vitória da República Ernesto Rodrigues	145
Um poeta lírico, panfletário por uma República falhada Fernando Cristóvão	161
O teatro às portas da República: entre a continuidade e a renovação Glória Bastos e Ana Isabel Vasconcelos	181

O lugar da República, em Portugal, entre o séc. XIX e o séc. XXI João Caetano	201
1890-1910: A eficácia republicana e o Ultimatum – aparentes sucessos e fracassos João Maurício Barreiro Bráz	225
Portugal: entre a Europa e o Atlântico e num mundo global Joaquim Miguel Patrício	241
Jesuítas no foco da propaganda: A solução republicana e a exorcização da decadência José Eduardo Franco	257
O anticlericalismo de relance Luís Machado de Abreu	293
O Fim de António Patrício: o Revés da História no Tecido do Drama Maria de Jesus Reis Cabral	303
Projeções do Ultimato na Galiza: análise de textos e contextos Maria Isabel Morán Cabanas	313
“Para que servem os poetas em tempo de indigência” revolucionária? A perspetiva de Teixeira de Pascoaes Maria José Craveiro	327
Sampaio Bruno, a Ideia de República e o Novo Paradigma Científico Espiritual Paulo Alexandre Loução	345
<i>O Sentimento dum Ocidental</i> a contracorrente da utopia cultural nas comemorações do Tricentenário da morte de Camões Rosa Maria Sequeira	383
Fialho de Almeida e o Portugal de entre 1890-1910: Enquadramentos de um olhar crítico contemporâneo Rui Sousa	391
O rei sou eu, Viva a República! Simion Doru Cristea	409
Do <i>Ultimatum</i> à República: Tendências políticas e económicas dominantes entre 1890 a 1910 Teresa Nunes	415

## Do Ultimato ao Ultimatum: a vitalidade nacional\*

Dionísio Vila Maior

Universidade do Algarve

CLEPUL

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Em 6 de Fevereiro de 1909, Mário de Sá-Carneiro publica, na revista *Azulejos*, um conto intitulado *Página de um suicida*. Nesse conto, a personagem principal, Lourenço Furtado, aparece-nos com um desejo singular – não tanto por aquilo que essa personagem deseja, mas sobretudo por aquilo para que mediatamente esse desejo reenvia: ansioso, e curioso, perante o encontro com o desconhecido que tal acto envolve, Lourenço Furtado pretende suicidar-se, considerando-se, desde logo, diferente daqueles que morrem sem o desejar. Com esse caminhar voluntário ao encontro da morte, Lourenço Furtado acredita que, para além do estatuto de “descobridor”, seria igualmente referido como um “neurasténico”. No entanto, ele próprio refere:

[...] sou simplesmente uma vítima da época, nada mais... O meu espírito é um espírito aventureiro e investigador por excelência. Se eu tivesse nascido no século XV descobriria novos mares, novos continentes... No começo do século XIX teria talvez inventado o caminho de ferro... Há poucos anos mesmo, ainda teria com que me ocupar: os automóveis, a telegrafia sem fios... Mas agora... agora que me resta?...<sup>1</sup>;

logo a seguir, responde:

---

\* Este estudo corresponde, no essencial, a uma comunicação proferida, em Maio de 2010, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Sabugal, no âmbito de um Ciclo de Tertúlias organizado pela Delegação de Coimbra da Universidade Aberta e pelo CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Ciclo esse intitulado *Do Ultimato à República: variações histórico-culturais e literárias*.

<sup>1</sup> Mário de Sá-Carneiro, *Princípio e Outros Contos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d, p. 128.

A aviação... Pf... essa já nada me interessa depois dos últimos resultados dos Wrights e de Farman... Para o Pólo Sul partiu há pouco o Dr. Charcot... Não há dúvida, não: a única coisa interessante que existe actualmente na vida é... a morte! Pois bem, serei o primeiro explorador dessa região misteriosa, completamente desconhecida...<sup>2</sup>

Deixando de lado o que, em termos narratológicos, tal atitude implicaria, importa, acima de tudo, notar, nestas palavras, o significado assumido por dois elementos: por um lado, a ideia de *cansaço* civilizacional, inseparável de um (aparente) triunfalismo – creditado, no final do século XIX, pelo desenvolvimento científico-tecnológico; por outro lado, a sensação e o signo de *morte*, num contexto histórico-cultural singularizado precisamente pela paulatina ascendência da máquina. E o que da conexão entre estas duas ideias aqui interessa reter é o que de *desassossego* implicou a forte ambiência científico-tecnológica que decididamente marcou a segunda metade do século XIX e os inícios do século XX; como se, afinal, a *morte* não só fosse inerente a esse contexto histórico-cultural, mas também a ela conduzisse – o que não poderia deixar de inevitavelmente nos encaminhar de igual modo para a ideia de *crise*.

Na esteira desta reflexão, a representação literária desse sentimento seria, aliás, de igual modo feita mais tarde por Pessoa, pela voz de Bernardo Soares. Num fragmento sem data do *LIVRO DO DESASSOSSEGO* (mas, provavelmente, de 1917), inserido numa passagem culturalmente muito generosa quanto às ilações que permite retirar, este semi-heterónimo pessoano mostra-se afectado negativamente por um tempo histórico-cultural marcado, de forma indelével, pela sensação de intranquilidade; e se esse fragmento serve, em parte, para justificar a incerteza existencial que, de uma forma ou de outra, variavelmente marcou Fernando Pessoa, com facilidade nos conduz também a uma outra conclusão: a forte consciência de um tempo de crise. Depois de se referir ao «trabalho destrutivo das gerações anteriores»<sup>3</sup>, lembra que a *insegurança* passou a caracterizar a vivência do homem ocidental, nas esferas “religiosa”, “moral” e “política”: «Nascemos já em plena angústia metafísica, em plena angústia moral, em pleno desassossego político», escreve; e continua, pouco depois:

Ébrias de uma coisa incerta, a que chamaram “positividade”, essas gerações criticaram toda a moral, esquadrinharam todas as regras de viver, e,

<sup>2</sup> Mário de Sá-Carneiro, *ibidem*.

<sup>3</sup> Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desassossego* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a, p. 144.

de tal choque de doutrinas, só ficou a certeza de nenhuma, e a dor de não haver essa certeza. Uma sociedade assim indisciplinada nos seus fundamentos culturais não podia, evidentemente ser senão vítima, na política, dessa indisciplinada; e assim foi que acordámos para um mundo ávido de novidades sociais, e com alegria ia à conquista de uma liberdade que não sabia o que era, de um progresso que nunca definira<sup>4</sup>.

Não deixa de ser sintomático, nestas palavras, o facto de Pessoa definir o sentido da sua angústia, recorrendo à imagem flutuante da *inquietação* e da *confiança* – esta última bem patente no desejo de procura de novos caminhos por parte da civilização ocidental («acordámos para um mundo ávido de novidades sociais, e com alegria [...] [íamos] à conquista de uma liberdade»); e, como se pode ver, as virtualidades semânticas decorrentes daquele sentimento de desassossego ligam-se intimamente a este (impreciso, é certo) desejo de “liberdade” e de “progresso”.

Ora, as palavras avançadas quer por Pessoa (pela voz *outra*), quer pela personagem Lourenço Furtado (do conto de Mário de Sá-Carneiro) são, a este propósito, inequívocas, quanto à matização de um estado cultural muito particular: um estado de crise civilizacional evidente, consequência (ou ‘reflexo’, talvez) de um forte desenvolvimento científico-tecnológico que, nos finais do século XIX, alterou consideravelmente todo um conjunto de vivências e referências culturais do homem ocidental.

2. Entretanto, a estas noções não é indiferente o modo como – quando indissociáveis da lucidez com que reflectiram sobre a cultura portuguesa – alguns representantes da Geração de 70 defenderam a urgência de uma acção intelectual renovadora. Recorde-se, a este propósito, o intuito programático de Antero de Quental, configurando um posicionamento ideológico-cultural alinhado com os desígnios gerais das *Conferências do Casino*. Num texto programático das *Conferências Democráticas*, Antero sublinha a necessidade premente de doutrinação e intervenção: «[...] ligar Portugal com o movimento

<sup>4</sup> *Ibidem*. Compare-se, ainda, estas palavras com um trecho de Soares (Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desassossego* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a, pp. 142-143), com um trecho de Pessoa, sobre o Sensacionismo (Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Sensacionismo e outros Ismos* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. X], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, pp. 183-184) e um outro atribuído ao Barão de Teive, sobre a perda de fé (por parte da geração a que pertence) nos «deuses das religiões antigas e [...] nos deuses nas irreligiões modernas» (Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – A Educação do Stoico* [Edição de Jerónimo Pizarro] [Vol. IX], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 25).

moderno, fazendo-o nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa; agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna; estudar as condições de transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa»<sup>5</sup>.

Não têm nem significado, nem alcance estético-literário muito diversos as palavras de Eça de Queirós, quando, em Maio de 1871, aponta para o objectivo de natureza prática, «científica e experimental» das *Conferências do Casino*: a oposição aos «aparatos retóricos»<sup>6</sup>. Foi, assim, também nesse sentido, que a Geração de 70 (pontificada por Eça, Antero e Oliveira Martins) se insurgiu contra as concepções passadistas da Literatura e da História, advogando, pelo contrário, tanto a europeização de Portugal (na tentativa de integrar o nosso país no ambiente de progresso científico que despontava nas principais capitais europeias), como uma revolução ideológica de perfil socialista (através da qual se deveria denunciar uma exacerbada estética romântica e afirmar o dinamismo da História). E, com efeito, entre 1871 e 1890, Portugal assistiu, por parte daqueles escritores e intelectuais, a uma crítica geral à sociedade portuguesa (encarada como atrasada em relação à Europa): aos paradigmas culturais estabelecidos; aos baluartes ultra-românticos; à influência da Igreja (apresentada como responsável na decadência dos povos peninsulares, pela sua posição antimodernista); ao tipo de jornalismo praticado; à monarquia.

É certo que nem todos os protagonistas da Geração de 70 partilhavam dos mesmos princípios. Lembre-se, a este propósito, a divergência entre Antero (que perfilhará a doutrina socialista) e Teófilo (que, pelo seu lado, decidirá-se pelo Republicanismo). Por outro lado, não menos evidente é uma outra circunstância: o que nos parece significativo naquelas apreciações é aquilo que aparece perfeitamente definido e activado por um conjunto de factores que, com o aproximar do final do século XIX, ia configurando, em Portugal, uma crise geral no pensamento e nas instituições, com todo o sentimento de decadência sócio-económica e política que essa crise inevitavelmente emprestaria: a confirmação de uma alta taxa de analfabetismo, o aumento da dívida externa, o alastramento de uma angústia literária e social "importada" de França, a generalização de um pessimismo procedente da filosofia de Schopenhauer e a propagação, afinal, de uma inquietação geral perante a falência da

<sup>5</sup> Antero de Quental, *apud* João Gaspar Simões, *A Geração de 70. Alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Inquérito, s.d., p. 65.

<sup>6</sup> Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978, p. 44.

civilização moderna, herdeira directa do Romantismo humanitário e do progresso científico.

3. A partir daqui, uma noção se impõe relativamente a esta impressão geral de intranquilidade na sociedade portuguesa; dependendo, mediata ou imediatamente, essa impressão de motivos culturais, literários, filosóficos ou sociais, cumpre lembrar um facto que, pela sua importância, muito contribuiu para que, entre nós, o sentimento de crise mais se aprofundasse: as consequências que, em Janeiro de 1890, o Ultimato Inglês acarreta na vida cultural portuguesa: «O ultimato», escreve José Vicente Serrão, «consistiu num lacónico telegrama enviado, em 11 de Janeiro de 1890, pelo governo inglês às autoridades nacionais, exigindo a imediata retirada das forças militares portuguesas estacionadas em territórios hoje correspondentes ao Zimbabwe e ao Malawi e ameaçando com uma intervenção militar, na ausência de resposta satisfatória por parte de Portugal»; e continua:

[...] em época de corrida à África, era imperioso não desacertar o passo com os demais e salvaguardar os direitos históricos de Portugal. Multiplicam-se então as chamadas "expedições científicas" ao continente africano, redobram-se os esforços diplomáticos e em 1886 as pretensões coloniais portuguesas adquirem mesmo uma expressão bem definida, sob a forma do "mapa cor-de-rosa" – projecto de ligação da costa angolana à costa moçambicana, sob a bandeira portuguesa. Portugal dá então início a várias tentativas de ocupação efectiva de territórios, lançando-se numa disputa colonial aberta com a Inglaterra. Foi a uma dessas tentativas que esta respondeu com o ultimato<sup>7</sup>.

Pretende-se com isto sublinhar o sentimento de humilhação (logo, de *crise*) que o Ultimato Inglês cravejou na sociedade portuguesa – ultimato este considerado, aliás, por Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho como «o acontecimento político que mais repercussões teve nos meios culturais portugueses e que mais serviu de pretexto para a intensificação de uma meditação apaixonada sobre o destino português»<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> José Vicente Serrão, "Ultimato" in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, s.l., Publicações Alfa, Vol. 2, 1990, pp. 303-304. Leia-se igualmente Joel Serrão, *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 159-169; Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço de história política*, 2ª ed., Lisboa, Portugália, 1968.

<sup>8</sup> Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996, p. 251.

E equacionar assim o problema é ter em consideração um conjunto de factos históricos com este relacionados; entre outros, relembre-se: os desencontros entre Lord Salisbury e Barros Gomes sobre os direitos de Portugal e da Inglaterra (em Portugal, o sentimento anti-Inglaterra encontrava, aliás, as suas motivações na perda da Índia e no Tratado de Methuen [1703]); a expedição portuguesa ao actual Malawi (que, aí entrando, matara alguns indígenas protegidos pelos ingleses); a reacção inglesa com uma frota militar dissuasora; a justificação de Portugal; as trocas de textos a nível diplomático e os protestos do Governo português (defendendo que o território onde se verificara esse episódio era seu); o desaire diplomático do Conselho de Estado (que, humilhado, aceita as exigências inglesas).

Ora, depois de todos estes acontecimentos, verifica-se em Portugal uma reacção colectiva que atesta um descontentamento generalizado em relação à atitude tomada pelos governantes – um descontentamento que se, por um lado, segundo Eça de Queirós, provou que Portugal tinha «vida, calor, energia, uma ideia, um propósito», uma «vida que tão inesperadamente o país em si surpreende», por outro, assumiu alguns contornos criticáveis segundo este escritor<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Eça de Queirós, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d., pp. 240 ss. A este propósito, referindo-se ao «movimento nacional» que se seguiu ao Ultimato Inglês, escreve Eça: «Belo e de bom presságio se nos apresenta este movimento! Mas todavia, por ora, não há nele senão os sintomas materiais de vida. É o respirar, o mover, o palpitar, o falar de um corpo que muitos julgavam morto, gelado, fácil de pisar, e talvez de retalhar». Pouco depois, continua «Ora, a julgar pelos incontáveis protestos, declarações, manifestos, cartas, apelos, etc., que transbordam na imprensa, não nos parece que por ora o pensar e o querer do país se estejam exercendo para fins verdadeiramente sérios, úteis, práticos e patrióticos. De todos esses documentos, com efeito, em que o país, decerto reflectidamente e serenamente (porque num longo mês sobra tempo para serenar e reflectir), tem exprimido a sua ideia e a sua vontade — que propósito exacto e definitivo ressalta com saliência? Um só: — *fazer mal à Inglaterra*. Como? Injuriando a Inglaterra; fomentando o ódio à Inglaterra; *boycottando*, tirando a freguesia à Inglaterra. [...] Injuriar a Inglaterra! De que serve? Se o fazemos por meio daquele processo que se denomina *chamar nomes* [...] não aproveitamos decerto os primeiros dias do nosso despertar patriótico em obra muito bela, nem muito digna. [...] Odiar a Inglaterra! Sentimento bem legítimo [...]. Mas o ódio fixo, em perpetuidade, cultivado e organizado como programa nacional [...] que significa? [...] E que esperança pode ter este frágil reino de abater o mais forte dos impérios, dura ressurreição do duro império romano? [...] O ódio é um sentimento negativo que nada cria e tudo esteriliza [...]. [...] Temos depois, como plano, *boycottar* a Inglaterra. Ideia bem natural e bem lógica. [...] Resta averiguar se é eficaz. [...] ao fim de um ou dois anos de quebrar as relações comerciais com a Inglaterra, teríamos as nossas despesas consideravelmente elevadas, os nossos rendimentos consideravelmente diminuídos, obras colossais a pagar e nenhum lucro a tirar delas. [...] Todo este movimento público, pois, que, para *fazer mal* à Inglaterra, se impõe como missão odiar a

E porque importa não esquecer, recorde-se, em traços gerais, algumas manifestações, bem representativas deste «cúmulo de xenofobia atingido pelo sentimento anti-britânico»<sup>10</sup> – tantas vezes redundando na «prática da violência gratuita» e no «gesto largo», na «palavra enfática», na «atitude dramática», na «vindicta miúda»<sup>11</sup>: o apedrejamento (na noite de 11 de Janeiro de 1890) da casa do então Ministro português dos Negócios Estrangeiros; as manifestações contra a legação britânica; a malograda revolta no Porto (em 31 de Janeiro de 1891) por parte de intelectuais republicanos, na tentativa (frustrada) de instaurarem a República (revolta que provocará o exílio de algumas personalidades que tinham estado à frente daquela manifestação); a cobertura por estudantes da estátua de Camões por «funerários panos»<sup>12</sup>; a proliferação de «panfletos jornalísticos» e «manifestos» (sobretudo em Coimbra), bem como, em Lisboa, a percepção dos primeiros «acordes d'A Portuguesa», ou até a dinamização da Liga Liberal, levada a cabo por militares<sup>13</sup>, etc. etc.<sup>14</sup>. Para além disso, o ultimato britânico – que o Partido Republicano em parte aproveitou<sup>15</sup> – não só se revelou um acontecimento que intensificou um momento de crise de identidade nacional<sup>16</sup>, como também serviu para que, sobretudo no

Inglaterra, ofender a Inglaterra, *boycottar* a Inglaterra – a si mesmo se esteriliza, errando a sua direcção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o fazer *mal à Inglaterra*, mas, antes de tudo e sobretudo, *fazer bem a Portugal*. [...] Assim julgamos que devia ser utilizada e regularizada essa bela efervescência de vida, que se denomina o «movimento nacional». Porque de resto, bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater tabuletas, não nos parecem na verdade os modos de um povo que, sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: – antes se nos afiguram os modos de um povo que, através do patriotismo, se está educando para a insurreição» (Eça de Queirós, *op. cit.*, pp. 240-254).

<sup>10</sup> Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001, p. 96.

<sup>11</sup> Amadeu Carvalho Homem, *op. cit.*, pp. 95 e 97.

<sup>12</sup> Amadeu Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 98.

<sup>13</sup> Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, pp. 251-252.

<sup>14</sup> Recorde-se ainda as reacções dos estudantes em Coimbra (com o jornal *O Ultimatum*, por exemplo) e no Porto (com os desregramentos de linguagem e o envolvimento [“forçado”] de Antero, mandatado pela Liga Patriótica do Norte) (cf. Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001, pp. 105-106).

<sup>15</sup> Amadeu Carvalho Homem. «O “Ultimatum” inglês de 1890 e a opinião pública», *Revista de História das Ideias*, 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras, 1992, p. 288. Sobre as reacções antimonárquicas, tenha-se em conta a posição de António Enes, em «A situação», in *Jornal O Dia*, de 6 a 8 de Fevereiro de 1890 (cf. Amadeu Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 288).

<sup>16</sup> Essa crise seria, aliás, redobrada com a crise económico-financeira que mediatamente decorreria da acatção do ultimato, com o regicídio em 1908, com a instabili-

campo da literatura, da história e da cultura portuguesas, um leque de textos de cariz nacionalista aparecesse – onde, entre outros, sobressaem *Finis Patriae* (de Guerra Junqueiro), *A Vida de Nun'Álvares* (de Oliveira Martins), *A Pátria Portuguesa* (de Teófilo Braga), *Fim* (de António Patrício), *O Desejado* [publicação póstuma] (de António Nobre) e *O Encoberto* (de Sampaio Bruno)<sup>17</sup>.

De certo modo, as referências mencionadas ligam-se mediatamente ao facto de contribuírem para que se tenha uma imagem mais precisa das reacções nacionalistas de índole literário-cultural ou política, que, de uma forma ou de outra, iriam matizar a cultura portuguesa do final do século XIX (e início do século XX) e que responderiam a uma necessidade moral por parte da colectividade portuguesa de reencontrar a sua própria identidade nacional<sup>18</sup>.

Ora, toda essa ambiência é desde logo muito significativa, porque consente (senão directa, pelo menos indirectamente) a revelação, no campo estético-literário, de um sujeito português em crise. Tal ideia corrobora (num outro plano, mas com este relacionado) a noção segundo a qual a categoria da *pluralidade* teria então marcado visivelmente esse sujeito e teria amplificado a ruptura como categorias centrais. Em última instância, estas categorias acabariam, no plano histórico-literário, por se traduzir, a um nível nacional e mesmo europeu; e, como se viu, a todas estas linhas de leitura não poderá de modo algum ser indiferente a forma como a literatura (cor)respondeu.

4. Assim, paulatinamente, a ideia de decadência torna-se obsidiante, pre-dispondo à aceitação das teorias anarquistas. Por outro lado, Eça, Antero, Oliveira Martins e Junqueiro, perante o insucesso do ideário reformista da Geração de 70, acabariam por abandonar uma concepção sociológica do pro-

---

dade, com o recrudescimento das agitações e das tensões político-sociais após a implantação da República (em substituição da Monarquia institucional), em Outubro de 1910, e consequente instauração do Governo Provisório presidido por Teófilo Braga (agitações tensões aquelas que conduziram à instauração da ditadura militar de 1926), e com a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

<sup>17</sup> Sobre as reacções pós-ultimato inglês, leia-se Amadeu Carvalho Homem, «O “Ultimatum” inglês de 1890 e a opinião pública», *Revista de História das Ideias*, 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras, 1992, pp. 281-296 e Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001, pp. 95-109; e, ainda para uma melhor visão acerca das intervenções, neste contexto, de Guerra Junqueiro e Sampaio Bruno, bem como acerca da “consciência” geral de “finitude colectiva”, remetemos para Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, pp. 252-259.

<sup>18</sup> Lembremo-nos daqueles conhecidos versos de *Finis Patriae* de Junqueiro, onde este, no poema “O caçador Simão”, escreve, de forma tão sintética e convincente, que a «Pátria é morta!», que a «Liberdade é morta!», fazendo questão de lembrar como «Ri o estrangeiro odioso à nossa porta».

gresso, mostrando uma cada vez maior preocupação perante a impressão que tinham da falência da civilização moderna. Mas outros escritores houve que desejaram a transformação radical das condições de existência. Lembre-se, por exemplo, as acções de Alberto de Oliveira, Raul Brandão, João de Castro (que, reunindo-se em cenáculos, propõem uma nova visão da vida e injuriam os “políticos hidrocefalos”).

Entretanto, não deixa igualmente de ser muito esclarecedor o facto de, na estética literária do final do século XIX, e no que a toda esta questão diz respeito, a *cidade* aparecer constantemente representada em termos disfóricos. Exemplo flagrante é a poesia de Cesário Verde. Reflectindo, até, de uma forma mais lata, uma situação de crise civilizacional, bem como, no contexto específico português, a crise do Naturalismo e o desencanto pela estética realista (bem patentes na fugacidade, no dinamismo, na fragmentação do real, na pluralidade de perspectivas apresentadas pelo sujeito poético, na visão subjectivista)<sup>19</sup>, a poesia de Cesário representa recorrentemente a cidade como um espaço que oprime o sujeito poético (e, por contiguidade, toda a civilização ocidental), pela ambiência de melancolia, enclausuramento, pessimismo, decadência e morte; esses sentimentos aparecem, aliás, de forma bem visível, num poema publicado em 10 de Junho de 1880, *O Sentimento dum Ocidental* (“poema-mito do universo de Cesário”, como o qualificou Eduardo Lourenço)<sup>20</sup>.

Tendo mediatamente que ver com o contexto do último quartel do século XIX – remetendo por isso para um cenário de crise generalizada –, o acerto de alguns versos de Cesário ganha, aqui, uma operacionalidade específica, se a partir deles conseguirmos perceber melhor os contornos de crise que enquadraram esse contexto. É isso que nos permite desde logo sublinhar, nesse poema, aquele «desejo absurdo de sofrer»<sup>21</sup> sentido pelo sujeito poético – que, por esse meio, mais não faz do que registar poeticamente todo um sentimento decadente literário, e histórico, configurando-se, assim, um sinal que aponta para uma situação de perturbação generalizada.

Parece claro, portanto, que, em Cesário, a figuração poética da cidade confina, de uma forma geral, com a necessidade de legitimarmos, mediatamente, a pertinência da problemática da crise civilizacional finissecular; como

---

<sup>19</sup> «[...] ao meu olhar / Tudo tem certo espírito secreto», escreveu em *Nós* (Cesário Verde, *Obra Completa* [Prefácio, organização e notas de Joel Serrão], 6.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 175).

<sup>20</sup> A cidade é sentida pelo sujeito poético Cesário como uma «Enorme [...] massa irregular / De prédios sepulcrais» (escreveu n' *O Sentimento dum Ocidental* [Cesário Verde, *op. cit.*, p. 156]), ou como uma «Babel [...] velha e corruptora» (escreveu em *A Débil* [Cesário Verde, *op. cit.*, p. 111]).

<sup>21</sup> Cesário Verde, *op. cit.*, p. 149.

se a (grande) cidade, nascida com a “vida moderna”, se opusesse à vida no campo, lugar de tradições «antigas, primitivas», epicentro da «formidável alma popular»<sup>22</sup>.

5. De certa forma, este problema, assim considerado, abre o caminho para uma outra equação complementar: a que concerne às coordenadas ideológicas que orientam um conjunto de manifestações literárias de perfil neogarrettista. Com efeito, ainda nos finais do século XIX, encontramos diversas produções literárias directamente relacionadas com uma solicitação inspirada numa revivescência romântica dentro dos parâmetros nacionalistas que alguns escritores inferem da obra de Almeida Garrett – no que diz respeito à reivindicação da autenticidade da cultura portuguesa como valor supremo e à revitalização da literatura de fundo e forma nacionais, inspirada nas suas tradições e folclore. Assim, encontramos um Alberto de Oliveira, que, em 1894, em *Palavras Loucas*, assevera deverem os escritores seguir a pisadas de Almeida Garrett; e, nesse livro, no capítulo “No neo-garrettismo no teatro”, lembra Alberto de Oliveira como o autor das *Viagens na minha terra* «sonhou, com olhos de génio, uma Literatura portuguesa nova, pujante, toda de regresso às tradições, com a melancolia e o maravilhoso do povo»<sup>23</sup>. Perfilhando, assim, uma ideologia de cariz nacionalista, Alberto de Oliveira encaminha as suas preocupações num sentido particular: o da reeducação estética dos que às lides literárias se votavam. Nesse sentido, defende a noção segundo a qual os escritores deveriam cantar a história de Portugal, as paisagens lusas, as vivências da gente da aldeia (a sua simplicidade, o seu folclore, as suas superstições). Propõe, assim, o regresso à simplicidade rústica, «afastada da [...] civilização banal»<sup>24</sup>. É assim que, por exemplo, no capítulo “A respeito de Portugal”, escreve:

A pior coisa, o meio mais imbecil, a atmosfera mais banal e deprimente que se respira neste povo, é, sem dúvida, Lisboa<sup>25</sup>;

<sup>22</sup> Cesário Verde, *op. cit.*, p. 176.

<sup>23</sup> Alberto de Oliveira, *Palavras Loucas*, Coimbra, França Amado Editor, 1894, p. 36. Repare-se como, mais à frente, no capítulo “A língua Portuguesa”, escreveria ainda, lembrando a importância de Garrett para a Língua Portuguesa: «[...] a beleza, a harmonia, a graça da língua portuguesa ficaram sobretudo dentro de algumas páginas de Garrett, e é ali que há-de ir buscar a semente quem quiser neste terreno pisado e abandonado da literatura nacional fazer crescer árvores que se vejam» (Alberto de Oliveira, *op. cit.*, 1894, p. 243).

<sup>24</sup> Alberto de Oliveira, *op. cit.*, p. 82.

<sup>25</sup> Alberto de Oliveira, *op. cit.*, p. 217.

e, pouco depois, continua:

Portugal é o Minho, o Douro, as duas Beiras, o Alentejo, o Algarve<sup>26</sup>.

Mas mais: se, n’*As Farpas* ou n’*O Culto da Arte em Portugal*, [sendo o primeiro também] de Ramalho Ortigão, se tende a acentuar o amor pelas coisas nacionais (paisagens, costumes, trajes, instrumentos de trabalho populares), também Teófilo Braga investiga e analisa (nos *Contos Tradicionais do Povo Português* [1883] e n’ *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* [1885], por exemplo) alguns dos mais importantes elementos da cultura portuguesa (contos, lendas, mitos, costumes), proclamando-se, aliás, um acérrimo defensor da literatura popular e do folclore português. Por seu lado, que dizer da última fase de Eça de Queirós, resolvida ao nível de uma discursividade afectada por um feixe de dominantes temático-ideológicas codificadas também quer na defesa de um “reaportuguesamento” de Portugal, quer na denúncia da importação acrítica de práticas culturais?

De certo modo, esta questão abre a possibilidade de um outro equacionamento, nomeadamente tendo agora em conta o perfil cultural e literário que a configuração periodológica dos inícios do século XX assume: referimo-nos a um conjunto de práticas estético-literária cujas virtualidades de representação semântico-ideológica – assentando, aliás, genericamente no idealismo e no nacionalismo tradicionalista do Neogarrettismo – insinuam, por força de procedimentos semióticos específicos, a conformação de uma estética peculiar: o Saudosismo.

A este propósito, como se sabe, os grupos da *Renascença Portuguesa* e do *Integralismo Lusitano* constituem dois movimentos doutrinários que, cada um a seu modo, representaram, nos inícios do século XX, discursos tributários, no plano teórico-programático, de concepções estético-ideológicas nacionalistas – espelhando, quer um, quer outro grupo, um profundo desencanto perante o contexto cultural e político português. A *Renascença Portuguesa* (sobretudo através do seu mentor, Teixeira de Pascoaes e do seu órgão de expressão cultural, a revista *A Águia*) procurou repensar a essência de ser português e revitalizar a mentalidade portuguesa, tentando encontrar os traços mais genuínos da *alma portuguesa* – adquirindo, nos seus princípios doutrinários, as ideias de *revitalização cultural* e *renascença cultural* uma importância vertebral (encontrando-se, aliás, algumas destas ideias no centro da polémica de António Sérgio com a *Renascença Portuguesa* e no aparecimento da revista *Seara Nova*)<sup>27</sup>. Quanto ao *Integralismo Lusitano* (cujas motivações

<sup>26</sup> Alberto de Oliveira, *op. cit.*, p. 219.

<sup>27</sup> Naquele que é considerado o primeiro manifesto-programa da *Renascença Portuguesa*, intitulado “Renascença” (ainda que este texto não tivesse sido aceite pelo gru-

ideológicas entroncam em reflexões de Herculano, Garrett, Oliveira Martins e Eça), fundamentalmente através do seu líder, António Sardinha, e do seu órgão de expressão doutrinária, a *Nação Portuguesa*, propugnava um ideário anti-republicano, a reformulação da monarquia, a exaltação da raça portuguesa e da tradição (alguns dos seus elementos e das suas reflexões, note-se, estariam na base ideológica do Salazarismo)<sup>28</sup>.

po que fundara o movimento da "Renascença Portuguesa", escreve Teixeira de Pascoaes: «É preciso [...] chamar a nossa Raça desperta à sua própria realidade essencial, ao sentido da sua própria vida, para que ela saiba quem é e o que deseja. E então poderá realizar a sua obra de perfeição social, de amor e de justiça, e poderá gritar entre os Povos: *Renasci!*» (Teixeira de Pascoaes, *Renascença* in Pinharanda Gomes [ed.], *Teixeira de Pascoaes. A Saudade e do Saudosismo* [Compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes], Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, pp. 35-36). Para um melhor esclarecimento sobre a *Renascença Portuguesa*, sobre os seus representantes, as polémicas, as linhas ideológico-programáticas, as actividades desenvolvidas, cf. Fernando Guimarães, «Acerca da primeira série da revista *A Águia*», *Nova Renascença*, 27/28, Julho/Dezembro, 1987, pp. 199-204; Fernando Guimarães, *Poética do Saudosismo*, Lisboa, Presença, 1988, *passim*; Fernando Guimarães, «Saudosismo» in Álvaro Manuel Machado [dir. e org.], *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 555-557; Fernando Guimarães, *O Modernismo Português e a sua Poética*, Porto, Lello Editores, 1999, pp. 66 e ss.; António Cândido Franco, *O Saudosismo de Teixeira de Pascoaes*, s.l., Edições do Tâmega, 1996; Pinharanda Gomes, «A Tensão Doutrinal na Génese da "Renascença Portuguesa"», *Nova Renascença*, VII, Porto, 1987, pp. 277-290; E. M. de Melo e Castro, «Razão e Desrazão Dialéctica da Poesia Portuguesa do Século XX a Camões ou Vice-Versa» in *Estudos Universitários de Língua e Literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, *passim*; José Augusto Seabra, *O Heterotexto pessoano*, Lisboa, Dinalivro, 1985, pp. 121-146; Nuno Júdice, *A era do "Orpheu"*, Lisboa, Teorema, 1986, pp. 9 e ss.; Vasco Graça Moura, «A Renascença Portuguesa ou os Equívocos do Porto», *Várias Vozes*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 33-34; Cecília Barreira, *Sete Faces Ocultas da cultura portuguesa (de Gil Vicente a Pascoaes)*, Lisboa, Átrio, 1991; «Do Finis Patriae à Presença: Breve resenha», pp. 71-96; Afonso Botelho, *Da Saudade ao Saudosismo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990; Manuel Ferreira Patrício, *O messianismo de Teixeira de Pascoaes e a educação dos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; «Arte de Ser Português. Um comentário», pp. 11-55; Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

<sup>28</sup> Sobre o *Integralismo Lusitano*, leia-se Luís dos Reis Torgal, «Antero 'mestre da contra-revolução'. Ensaio de análise de leituras 'integralistas'» in *Congresso Anteriano Internacional - Actas, 14-18, Outubro (1991)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 787-803; Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, pp. 333-348; Manuel Braga da Cruz, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», *Análise Social*, Vol. XVIII, 1.º, 1982, pp. 137-182; Óscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio I*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 225-231 e 329-334; António Quadros. «Introdução» in Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Organização, introduções e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello &

6. O que se pretende com tudo o que se disse até agora? Realçar a circunstância de os autores referidos, através de uma atitude ou de um discurso mais ou menos interventivo, terem, cada um a seu modo, procurado apontar traços que configuram genericamente uma crise de identidade nacional. Registe-se, aliás, a este propósito, como a cultura erudita portuguesa de então encarava duplamente esse «unânime diagnóstico da decadência nacional»: ou cultivando «as virtualidades estéticas desse definhamento», ou agindo, «com um empenho militante, na sua transformação, o que marca o momento ascensional do republicanismo e o apelo crescente à via violenta da tomada do poder»<sup>29</sup>.

Por seu lado, mais tarde, Fernando Pessoa, sobretudo no campo da produção epistolográfica e programática, bem como no artigo de opinião, no folheto, no texto poético, procuraria denunciar os males do Homem português<sup>30</sup>. Esses males, na sua perspectiva, acabariam mesmo por revelar uma

Irmão Editores, 1986, pp. 15-33; Carlos D'Alge, *A experiência futurista e a geração de "Orpheu"*, Lisboa, ICALP, 1989, pp. 42 e ss..

<sup>29</sup> Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, p. 254.

<sup>30</sup> Com efeito, a quantidade e qualidade das observações críticas é de realçar: em duas cartas, uma dirigida a Francisco Fernandes Lopes, datada de 20 de Abril de 1919 (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, pp. 218-219), outra, carta aberta (mas que nunca chegou a publicar), que, provavelmente em 1915 ou 1916, escreve ao Capitão Francisco Xavier da Cunha Aragão (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 886-888); num prefácio (de 1916) a uma antologia de poetas sensacionistas portugueses, a ser apresentada a um público britânico (projecto que entretanto não se concretizaria) (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1085); num texto de 1928 sobre «O *síndrome provinciano* da mentalidade portuguesa dominante» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 1303-1305); em diversos textos e fragmentos sobre o Homem português (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 554 ss); num texto sobre o império português (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 649); no folheto de 1928, *O Interregno* (Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 797-798), do qual afirmaria mais tarde que devia ser considerado «como não existente»; em estudos sobre o positivismo e a propaganda anti-religiosa (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 854); em estudos sobre Salazar (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1096; Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 363) e sobre Mussolini (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 370); num texto de provavelmente 1916, sobre os sensacionistas portugueses (Fernando Pessoa, *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação* [textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind e J. do Prado Coelho], Lisboa, Edições Ática, 1966, p. 203); num texto atribuível a Mora (escrito em provavelmente 1914-1918), sobre a Alema-

visão muito pessimista, no que à caracterização do Homem português concerne: o sentimentalismo piegas e patético, a abulia, o amadorismo, o artificialismo, a calúnia, o oportunismo, a grosseria, o provincianismo, a carência de uma unidade colectiva, de um sentimento nacional e, sobretudo, o gosto cego e acrítico por tudo o que é estrangeiro.

Não esqueçamos que Pessoa regressa a Portugal em 1905, vindo de Durban (onde tivera uma educação inglesa). Chegado ao seu país, interessa-se fortemente pela vida política e cultural; em 1907, frequentando o primeiro ano da Faculdade de Letras de Lisboa, junta-se à greve dos estudantes, que manifestam o seu descontentamento com o ensino ministrado na Universidade de Lisboa e com a ditadura de João Franco (que Pessoa, aliás, muito criticará)<sup>31</sup>. Já no ano seguinte, Pessoa manifesta o seu forte desejo reformista e o seu amor à Pátria portuguesa<sup>32</sup>. Num texto de provavelmente 30 de Outubro de 1908 (escrito em inglês), confessa o seu «intenso sentimento patriótico», o seu «intenso desejo de melhorar a situação de Portugal»<sup>33</sup>.

Sabe-se que Pessoa nunca teve uma filiação partidária e que nunca abraçou por inteiro nenhuma doutrina política (reflectindo sempre acima de qualquer circunstancialismo político)<sup>34</sup>; sabe-se, de igual modo, que Pessoa

---

nha (Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 275-276).

<sup>31</sup> Repare-se, por exemplo, num fragmento que integra a *O[ligarquia] das B[estas]*, onde Pessoa, referindo-se a João Franco e a Afonso Costa, acaba por transmitir uma forte intencionalidade ideológica, a que uma preocupação humorística não terá igualmente sido estranha: «Entre os dois venha o diabo e escolha. E se se sentir embaraçado (?) que os leve a ambos; que é caso para lhe rezarmos uma missa negra» (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 869).

<sup>32</sup> Neste contexto histórico-cultural de início de século, recorde-se como a «obsessão da Pátria [se] mantinha [...] até ao nível emblemático dos títulos de jornais do republicanismo: de norte a sul do País surgem, desde os inícios do século XX, títulos como *Pátria*, *Portugal Novo*, *Pátria Livre* e, sobre todos, *Pátria Nova*. Estes são os signos de um culturalismo nacionalista, que será hegemónico nas três décadas que se seguem ao *Ultimatum* [...]» (Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, *op. cit.*, p. 254).

<sup>33</sup> Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 79.

<sup>34</sup> Leia-se a *Nota Biográfica* que escreveu no ano da sua morte: cf. Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 1427-1429. Não esqueçamos, contudo, que, nos últimos anos, Pessoa se aproximaria dos princípios do Nacionalismo Liberal e de uma «República Aristocrática». Aliás, no texto «Para o ensaio ou opúsculo «Teoria da República Aristocrática», referindo-se às «fórmulas governativas que podem dar glória e grandeza a uma nação», escreveria que «só a República aristo-

acompanhou com atenção a vida política portuguesa, dedicando-lhe, entre 1908 e 1935, inúmeros manuscritos e fragmentos; que projectou diversos livros; que sobre a vida política portuguesa publicou diversos textos<sup>35</sup>.

Entretanto – dada a clarividência que em toda a sua produção parece denotar em relação aos aspectos positivos e negativos da política portuguesa –, não deixa de ser sintomático o facto de a produção pessoana aparecer envolvida por uma moldura com características particulares; dela sobressai, com recorrência, uma dominante que toca o colectivo português: a falta de identidade e o deslumbre por tudo o que é estrangeiro, dominante que considera uma das causas centrais para a decadência portuguesa e, no que directamente agora interessa, uma das causas do fracasso da Monarquia, e mesmo da República; «A Monarquia Portuguesa», escreve, «caiu por três razões»:

1º Por estar consubstanciada com o catolicismo, não só institucional como também espiritualmente; 2º Por não ter logrado atingir uma forma portuguesa, visto que, quebrando a tradição da velha monarquia absoluta, que, embora fosse uma decadência, o era de uma fórmula portuguesa, não curou sequer de chegar a um modo português de a substituir, mas importou, através da França, a forma exterior da monarquia constitucional inglesa; 3º Por nunca ter tido partidos, separados por ideologias diferentes, mas apenas grupos sem noção diferente das coisas [...]»<sup>36</sup>.

---

crática, *oligarquia dos melhores*, pode, aceitando o defeito fundamental dos melhores, triunfar»; e, contrapondo esta «República aristocrática», esta «*oligarquia dos melhores*», à monarquia absoluta, concluiria: «A república aristocrática é o sistema mais perfeito, porque é o mais estável dos dois. A monarquia absoluta depende um homem; a república aristocrática é já uma instituição» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1122).

<sup>35</sup> Em 1915, publica alguns textos sem título (nº *o jornal*); em 1919, *O preconceito da ordem* (em *Eh Real!*); ainda em 1919, *Como Organizar Portugal* e *A Opinião Pública* (na *Acção*, órgão do Núcleo de Acção Nacional); em 1928, *O INTERREGNO – Defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal* (folheto que, como se disse, mais tarde repudiaria). Para além disso, Pessoa projectou ensaios diversos, com títulos, indicações variadas (mostrando sempre alguma indecisão, no que à publicação de uma obra sobre estas questões diz respeito); recorde-se, por exemplo, *Da Ditadura à República*, as *Considerações Pós-revolucionárias*, a *República e Monarquia*, *A República Portuguesa*, o opúsculo *A Oligarquia das Bestas*, etc. Lembre-se, ainda, o que escreveu sobre a ditadura de João Franco (1906-1908) e a ditadura de Pimenta de Castro (1915) (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, pp. 483 ss 486; 829 ss, 869 e ss.; Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 342 ss).

<sup>36</sup> Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 830.

Para além da clara alusão a motivos relativos aos laços com a Igreja e com a desorganização vigente no meio monárquico português<sup>37</sup>, o que importa realçar, acima de tudo, nestas palavras é a crise da identidade colectiva portuguesa, saldada pela importação acrítica de modelos e teorias sócio-políticas, sem se ter em consideração a realidade nacional<sup>38</sup>.

Entretanto, as críticas que move à Monarquia (“abuso das ditaduras”, “esbanjamento de dinheiros públicos”, “incapacidade para resolver o problema da ordem”), não deixa Pessoa de as alargar igualmente à República.

[...] os republicanos passaram a legislar em ditadura, fazendo em ditadura as suas leis mais importantes [...]. A lei do divórcio, as leis da família, a lei de separação da Igreja do Estado – todas foram decretos ditatoriais, todas permanecem hoje, e ainda, decretos ditatoriais.

[...] a república que veio multiplicou por qualquer coisa – concedamos generosamente que foi só por dois (e basta) – os escândalos financeiros da monarquia.

[...] a república instituiu a desordem múltipla<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> Essa desorganização, apontou-a também num fragmento sobre o Integralismo Lusitano, onde diz: «O que na República há de mau provém da desorganização do meio criada pela monarquia. Da monarquia vem o culto solene das incompetências. Os “escândalos” dos partidos republicanos, o seu compadrio, a sua indisciplina, estão na melhor tradição monárquica» (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros] [Vol III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 905).

<sup>38</sup> Afinal, não ajuizou Pessoa (em *Para o ensaio ou opúsculo ‘Teoria da República Aristocrática’*) que de qualquer teoria de organização social se exige três condições: «que seja adaptada à ideia de sociedade», «que esteja na linha evolutiva da civilização do seu tempo e «que esteja de acordo com o temperamento do povo a que se destina que seja aplicada» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1119)?

<sup>39</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 858-859. Repare-se ainda num outro fragmento, com a indicação “Da D[itadura] à R[epública]”, onde escreve: «A república actual é a continuação do estado de coisas da monarquia [...]. A (...) república indica que uma corrente social se substituiu a outra no estado; mas essa substituição não é feita como a de um peão por uma rainha no xadrez. O estado de coisas social não muda de momento [...] (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 834); e as reflexões entre Monarquia e República continuam, colocando a tónica nos equívocos semelhantes de ambos os sistemas políticos, mudando apenas o palco e os seus actores: «A República Velha», escreve num fragmento com a indicação “A Rep. Nova (Last Chapter)”, «nada alterou das tradições desonrosas da Monarquia. Mudou apenas a maneira de cometer os erros; os erros continuaram sendo os mesmos. Em vez de um regime católico, um regime anticatólico. [...] Em vez de uma República portuguesa, de um regime nacional, uma república francesa em Portugal. E assim como a Monarquia Constitucional havia sido um sistema inglês (ou anglo-francês) sobreposto à realidade da Pátria Portuguesa, a República Velha foi um sistema francês sobreposto à mesma realidade

Ora, com estas referências – que, obviamente, se deverão processar em termos homólogos (pela articulação entre dois sistemas políticos) –, Pessoa acaba por transmitir uma determinada intencionalidade ideológica aliada a uma forte preocupação cultural.

Como quer que seja, permanece a noção, central, da reflexão crítica movida por Pessoa à República: o aproveitamento (de forma passiva e acrítica) por parte dos políticos portugueses, de sistemas de pensamento e modelos de organização política estrangeiros (sobretudo franceses e ingleses); ou, como ele refere, o acolhimento do «vírus do estrangeirismo», por parte do regime republicano – crítica que sintetiza numa outra reflexão (quando escreve: «Não há Portugal: há uma mistura ignóbil de “estrangeiros do interior” [...] a governar-nos e a estropear-nos o resto do que somos»)<sup>40</sup>, ou no poema “O Fado cantado à guitarra” (provavelmente posterior a 1918):

É inglesa a constituição,  
E a república é francesa.  
É de estrangeiros a nação,  
Só a desgraça é portuguesa<sup>41</sup>.

7. Foi também por isso que Pessoa se permitiu escrever, em 1912 (numa reflexão investida deliberadamente por uma matriz conceptual dotada de uma espessura ideológica de cariz *saudosista*), que «[...] o republicanismo que fará a glória da nossa terra [...] não é o actual, desnacionalizado, idiota e corrupto»<sup>42</sup>, que se começava a formar uma «nova corrente literária portuguesa», que essa «nova corrente» seria «o princípio de uma grande corrente literária, das que precedem as grandes épocas criadoras das grandes nações de quem a civi-

pátria. No que respeita aos erros de administração – a incompetência, a imoralidade, o caciquismo – ficámos na mesma, mudando apenas os homens que faziam asneiras, que praticavam roubos e que escamoteavam “eleições”. De sorte que a República Velha era a Monarquia sem Rei» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 918).

<sup>40</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 888.

<sup>41</sup> Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 353. Ainda num texto sem data, Pessoa, de entre três causas da “decadência e “desorientação” nacionais, apontava a «vinda do sistema monárquico estrangeiro» (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 580); e, mais tarde, em 1928, escreveria no seu *Interregno*: «[...] veio a República e, com ela, o estrangeiramento completo» (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 814).

<sup>42</sup> Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1167.

lização é filha» e que se preparava «em Portugal uma renascença extraordinária, um ressurgimento assombroso»<sup>43</sup>.

Ora justamente, quando Pessoa – num texto em forma de carta dirigida a Boavida Portugal, publicada na *República*, em 21 de Setembro de 1912 – escreve que «a nossa nova poesia é a poesia auroral de uma Nova Renascença, que é uma poesia perfeita e plenamente original» e que «erram [...] os que a consideram doentia e confusa, lançando sobre ela a sombra da sua própria incompreensão»<sup>44</sup>, o que, afinal, está em causa é a definição de um sentimento de desencanto e de uma estética que remete para sentidos claramente dependentes de uma discursividade ideológica de feição “renascente”.

No entanto, esses sentidos, pela configuração “renascentista” que denotam, apontam ainda para uma outra direcção referida de forma recorrente (com a qual, porém, aqueles mantêm uma relação de independência), e que insinua princípios axiológicos eivados de inequívoca incidência ideológico-literária: a da vinda próxima de um poeta superior a Camões, de um “Supra-Camões”. Esta posição é evidente quando Pessoa, embora num nacionalismo aparentemente saudosista, pronuncia:

[...] deve estar para muito breve o inevitável aparecimento do poeta ou poetas supremos, desta corrente, e da nossa terra, porque fatalmente o Grande Poeta, que este movimento gerará, deslocará para segundo plano a figura, até agora primacial, de Camões<sup>45</sup>;

ou quando adverte:

<sup>43</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1153.

<sup>44</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1203. Recorde-se que Boavida Portugal abria no jornal *República*, de Lisboa, um *Inquérito* à vida literária portuguesa, procurando auscultar algumas das mais importantes personalidades da vida intelectual de então (como Júlio de Matos, Adolfo Coelho, Luís de Mendonça, Augusto de Castro, Gomes Leal...) a propósito de questões como, por exemplo, as seguintes: “As tendências dos novos escritores indicarão, porventura, a ressurreição da vida nacional?”; “Quais as características que marcam um presente de renascimento, entre as várias manifestações da literatura?”. Ora a *Renascença Portuguesa* e os colaboradores d’*A Águia* estavam em evidência no plano literário, fundamentalmente depois dos artigos de Fernando Pessoa sobre *A Nova Poesia Portuguesa*. Não se estranha, por isso, que todo esse panorama tivesse constituído o núcleo da maior parte das respostas. Numa dessas respostas, o Professor Adolfo Coelho não só afirma que os poetas «novíssimos» eram inferiores aos melhores, pelo menos do período anterior, mas também defende que faltavam na época condições para uma verdadeira renovação literária, como ainda critica Pessoa de megalomania e de messianismo. Explica-se, por isso, o texto acima referido, a *Réplica* a Boavida Portugal.

<sup>45</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1153.

[...] o grande Poeta proximamente vindouro [...] realizará o máximo equilíbrio da subjectividade e da objectividade. [...] Super-Camões lhe chamámos, e lhe chamaremos, ainda que a comparação implícita, por muito que pareça favorecer, anteesquinhe o seu génio, que será, não de grau superior, mas mesmo de ordem superior ao do nosso ainda-primeiro poeta<sup>46</sup>;

ou, ainda, quando previne:

Deve estar para muito breve [...] o aparecimento do poeta supremo da nossa raça, e [...] o poeta supremo da Europa, de todos os tempos<sup>47</sup>.

Essa consciência mostram-na ainda, a seu modo, outros *eus* de Fernando Pessoa: Bernardo Soares – num fragmento (não datado) do seu *LIVRO DO DESASSOSSEGO*, quando refere que a «nossa época [...] é o desvio múltiplo de todos os grandes propósitos, confluentes ou opostos, de cuja falência surgiu a soma de negações com que nos afirmamos»<sup>48</sup> – e o heterónimo Álvaro de Campos, em duas passagens: por um lado, numa entrevista fictícia, nunca publicada, quando evidencia que a «civilização europeia actual está moribunda»<sup>49</sup>; por outro lado, no seu *Ultimatum*, de 1917, quando alude ao mesmo estado de falência da sua época, estigmatizada por uma «incapacidade de criar grandes valores»<sup>50</sup>. Aliás, é nesse seu *texto manifestatário* (de teor vanguardista, ainda que primeiramente associado ao Interseccionismo e ao Sensacionismo), publicado em 1917, na revista *Portugal Futurista*, que Fernando Pessoa, pela voz, portanto, de Álvaro de Campos, ora saúda desenvoltamente o Infinito – fazendo (num gesto de vislumbre nietzschiano) com que essa proclamação verbera com uma certa intensidade o desdém pela Europa e a sobrepujança do *eu* –, ora sintoniza o “homem-futuro” (talvez aquele «poeta supremo» a que Pessoa se referia) com o “Super-homem”: esse “Super-homem”, escreve aí, será «o mais completo!», «o mais complexo!» e «o mais harmónico!»<sup>51</sup>.

<sup>46</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1178.

<sup>47</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 1194-1195.

<sup>48</sup> Fernando Pessoa, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desasocego* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a, p. 144

<sup>49</sup> Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1123.

<sup>50</sup> *Portugal Futurista*. 4.ª edição facsimilada. Lisboa, Contexto, 1984, pp. 32.

<sup>51</sup> *Op. cit.*: 34.

Com tudo isto, importa lembrar que, no Homem português, Pessoa, é certo, encontrou imperfeições; porém, também lhe reconheceu qualidades (embora só a alguns que o representam): o facto, por exemplo, de ser sonhador, de ser poeta e de amar Portugal por onde quer que vá<sup>52</sup>. Por isso, o soldado desconhecido (que luta e morre servindo o seu país), o emigrante (que leva sempre Portugal no coração), os heróis da História de Portugal, o povo humilde, o poeta (que tem a possibilidade de melhor aceder aos sentimentos universais), serão aqueles que melhor representam o lado positivo do Homem português. E, a este propósito, nunca será de mais recordar o que o então jovem Pessoa defendeu, quando, a propósito da “vitalidade de uma nação”, escreveu que por essa vitalidade «não se pode entender nem a sua força militar, nem a sua prosperidade comercial, coisas secundárias»; e, logo a seguir, acrescentou: «tem de se entender a sua exuberância de alma, isto é, a sua capacidade de criar [...] novos moldes, novas ideias gerais»<sup>53</sup>.

É, assim, e em conclusão, esta circunstância que admite a noção segundo a qual, para Fernando Pessoa, o Homem português deverá sempre acreditar na força da sua própria vitalidade interior; e não estará longe, afinal, esse sentido daquele que também pode ser encontrado no apelo que lançou há quase cem anos:

Tenhamos fé. Tornemos essa crença [...] num futuro mais glorioso do que a imaginação o ousa conceber [...]. Dia e noite, em pensamento e acção, em sonho e vida, [essa crença] esteja connosco, para que nenhuma das nossas almas falte à sua missão de hoje, de criar o supra-Portugal de amanhã<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> Leia-se, por exemplo, o poema “Azul ou verde ou roxo, quando o sol”, a *ELEGIA NA SOMBRA*, a *MENSAGEM*, a entrevista dada por Pessoa a António Alves Martins na *Revista Portuguesa*, em Outubro de 1923 (Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c, p. 702), um texto, esboçado, sobre Portugal no contexto histórico europeu (Fernando Pessoa, *op. cit.*, pp. 977-978), ou um fragmento textual sobre *A aliança ibérica* (Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 992).

<sup>53</sup> Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b, p. 1147.

<sup>54</sup> Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 1154.

## Bibliografia

- ALGE, Carlos D', *A experiência futurista e a geração de “Orpheu”*, Lisboa, ICALP, 1989.
- BARREIRA, Cecília, *Sete Faces Ocultas da cultura portuguesa (de Gil Vicente a Pascoaes)*, Lisboa, Átrio, 1991; «Do Finis Patriae à Presença: Breve resenha», pp.71-96.
- BOTELHO, Afonso, *Da Saudade ao Saudosismo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.
- CASTRO, E. M. de Melo e, «Razão e Desrazão Dialéctica da Poesia Portuguesa do Século XX a Camões ou Vice-Versa» in *Estudos Universitários de Língua e Literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, pp. 533-548.
- CATROGA, Fernando; e CARVALHO, Paulo A. M. Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.
- CRUZ, Manuel Braga da, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», *Análise Social*, Vol. XVIII, 1.º, 1982, pp. 137-182.
- FRANCO, António Cândido, *O Saudosismo de Teixeira de Pascoaes*, s.l., Edições do Tâmega, 1996.
- GOMES, Pinharanda, «A Tensão Doutrinal na Génese da “Renascença Portuguesa”», *Nova Renascença*, VII, Porto, 1987, pp.277-290.
- GUIMARÃES, Fernando, «Acerca da primeira série da revista *A Águia*», *Nova Renascença*, 27/28, Julho/Dezembro, 1987, pp. 199-204.
- GUIMARÃES, Fernando, «Saudosismo» in Álvaro Manuel Machado [dir. e org.], *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 555-557.
- GUIMARÃES, Fernando, *O Modernismo Português e a sua Poética*, Porto, Lello Editores, 1999.
- GUIMARÃES, Fernando, *Poética do Saudosismo*, Lisboa, Presença, 1988.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «O “Ultimatum” inglês de 1890 e a opinião pública», *Revista de História das Ideias*, 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras, 1992, pp.281-296.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001.
- JÚDICE, Nuno, *A era do “Orpheu”*, Lisboa, Teorema, 1986.
- LOPES, Óscar, *Entre Fialho e Nemésio I*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

- MOURA, Vasco Graça, «A Renascença Portuguesa ou os Equívocos do Porto», *Várias Vozes*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 33-34.
- OLIVEIRA, Alberto de, *Palavras Loucas*, Coimbra, França Amado Editor, 1894.
- PASCOAES, Teixeira de, «Renascença» in Pinharanda Gomes [ed.], *Teixeira de Pascoaes. A Saudade e do Saudosismo* [Compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes], Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, pp. 34-37.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira, *O messianismo de Teixeira de Pascoaes e a educação dos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; «Arte de Ser Português. Um comentário», pp. 11-55.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – A Educação do Stoico* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. IX], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desasocego* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. XII, Tomo I], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010a.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desasocego* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. XII, Tomo II], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010b.
- PESSOA, Fernando, *Edição crítica de Fernando Pessoa – Sensacionismo e outros Ismos* [Edição de Jerónimo Pizarro], [Vol. X], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.
- PESSOA, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. I], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986a.
- PESSOA, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986b.
- PESSOA, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, bibliografia e notas de António Quadros], [Vol. III], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986c.
- PESSOA, Fernando, *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação* [textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind e J. do Prado Coelho], Lisboa, Edições Ática, 1966.
- PESSOA, Fernando, *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes], Lisboa, Livros Horizonte, 1993.
- Portugal Futurista*. 4.<sup>a</sup> ed. Facsimilada. Lisboa, Contexto, 1984.

- QUADROS, António, «Introdução» in Fernando Pessoa, *Obras de Fernando Pessoa*, [Organização, introduções e notas de António Quadros], [Vol. II], Porto, Lello & Irmão Editores, 1986, pp. 7-67.
- QUEIRÓS, Eça de, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d..
- QUEIRÓS, Eça de; *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de, *Princípio e Outros Contos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d..
- SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.
- SEABRA, José Augusto, *O Heterotexto pessoano*, Lisboa, Dinalivro, 1985.
- SENA, Tereza, «A Águia em 1918. Um Modernismo Conciliatório de Restauração do Tradicional», *Colóquio / Letras*, 94, Novembro, Lisboa, 1986, pp. 14-24.
- SERRÃO, Joel, *Da “Regeneração” à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- SERRÃO, José Vicente, «Ultimato» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, s.l., Publicações Alfa, Vol. 2, 1990, pp. 303-304.
- SIMÕES, João Gaspar, *A Geração de 70. Alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Inquérito, s.d..
- TELES, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço de história política*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Portugália, 1968.
- TORGAL, Luís dos Reis, «Antero 'mestre da contra-revolução'. Ensaio de análise de leituras 'integralistas'» in *Congresso Anteriano Internacional — Actas, 14-18, Outubro (1991)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 787-803.
- VERDE, Cesário, *Obra Completa* [Prefácio, organização e notas de Joel Serrão], 6.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1992.